

Poder Popular



Director: Eduardo Ferro Rodrigues Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 34 23/29 de Março de 1976 Preço 4\$00

GOVERNO MOBILIZA IMPRENSA E POLÍCIA CONTRA AS LUTAS DO POVO



Percebendo que a luta de classes
não se domina com decretos
ou discursos, a burguesia
utiliza cada vez mais
as suas armas
de sempre:
a repressão
e a mentira.

NESTE NUMERO:
CONTRA
A ORGANIZAÇÃO
DO EXÉRCITO
DA BURGUESIA

REFORMA
AGRÁRIA

REPRESSÃO
EXPERIMENTA
FORÇAS



ELEIÇÕES NO SINDICATO DOS PROFESSORES

Voto em branco!

Os professores do MES desde há muito vêm a desenvolver trabalho sindical no Sindicato dos Professores, avançando sempre uma alternativa revolucionária, claramente antifascista, anticapitalista e anti-imperialista, lutando pela unidade da classe, não numa perspectiva corporativista de isolamento dos professores dos outros trabalhadores, mas na tentativa de forjar a aliança dos revolucionários das escolas com os revolucionários das fábricas e dos campos.

Os professores do MES souberam apontar a necessidade de mobilização dos professores para o combate à organização capitalista da Escola, colocando como alternativa à escola burguesa uma escola progressivamente controlada pelos órgãos de Poder Popular.

Após o golpe reaccionário de 25 de Novembro a burguesia tem vindo a reforçar o seu aparelho repressivo e a retomar o controle do aparelho ideológico.

Neste contexto, a luta sindical em geral, e particularmente a luta no Sindicato dos Professores reveste-se de uma importância fundamental.

Os professores, porém, encontram-se divididos e desmobilizados. A esta divisão não é estranha a prática reformista e antidemocrática da CDP, que não soube ou não esteve interessada em apontar for-

mas correctas de superação das contradições da classe.

Mas os professores revolucionários sentem a necessidade de objectiva de actuar em unidade: sentem que só unidos poderão resistir ao avanço da Direita e lutar para conseguir novas conquistas.

Como deverão, pois, encantar a presente campanha?

Como irão votar os professores revolucionários?

As listas que se lhes apresentam são seis — ou mais rigorosamente cinco, que a lista C não é uma lista e o seu programa não passa de um antiprograma sindical.

A lista F apresenta um programa que não faz mais do que concretizar a obsessão «anti-social-fascista» que serviu de base a qualquer prática sindical.

A lista D coloca o Sindicato dos Professores numa perspectiva tradicional e trade-unionista perfeitamente conciliável com os interesses da burguesia. Com um sindicato «forte» e «democrático» (conhecemos bem a «democracia» dos seus candidatos nos plênários de discussão dos estatutos: boicote à discussão, votações apressadas, arremetimento-instrumentalização partidária) os professores podem dar resposta a todos os seus problemas. Isolados dos restantes trabalhadores, talvez até contra eles, lá vamos... «custe o que custar e doa a quem doer» produzindo um

«ensino de qualidade» ao serviço da burguesia para «construir o socialismo».

A lista A apresenta uma proposta reformista: defendendo a constituição de CTs nas escolas e a sua participação nas Assembleias Populares locais, utiliza as Assembleias Populares, não como órgão de luta e resistência, mas como apêndices do aparelho de Estado burguês.

A lista B apresenta uma proposta teoricista: faz do seu objectivo fundamental a luta contra a escola capitalista, mas isola-se ao nível dos princípios teóricos, dando a ilusão da possibilidade de transformação da escola por dentro e mostrando-se incapaz de avançar formas concretas de articulação da luta dos professores com a luta dos explorados e oprimidos contra a ofensiva da burguesia a todos os níveis.

A lista E apresenta uma proposta esquerdista de ligação da escola ao meio. Trata-se duma proposta inadequada à actual fase de refluxo do movimento popular: é ilusório pretender que elementos representativos de organizações populares, através de uma participação nos Conselhos Pedagógicos, possam de algum modo inverter a natureza da classe dum peça fundamental do Estado burguês — a Escola. O que era um objectivo a atingir antes do 25 de Novembro pode ser

nesta fase um meio de abrir caminho à pura conciliação.

O núcleo de professores do MES participou com os grupos que apresentaram as listas B e E na tentativa de formação de um programa unitário que pudesse mobilizar à sua volta os revolucionários que, militando nas escolas e no Sindicato dos Professores, fossem capazes de forjar uma alternativa sindical não reformista, consequentemente antifascista e anticapitalista.

A prática sectária, eleitoralista e oportunista desses grupos, porém, não permitiu a concretização dessa unidade; antes reforçou o divisionismo no seio das forças revolucionárias e levou ao ridículo a apresentação de duas listas com programas idênticos, ambos (ironicamente) encabeçados pela palavra de ordem «UNIR» os professores.

Excluída a possibilidade de participação, não teria sentido para os professores do MES dar o seu apoio tanto à lista B como à lista E, contrariamente ao que chegou a ser afirmado nas escolas e em alguns órgãos de informação.

O núcleo de professores do MES entende que o voto coerentemente revolucionário é o voto em branco, como forma de rejeição do reformismo e da prática sectária das listas B e E.

Os professores do MES não podem optar por qualquer das listas: isso equivaleria na

prática a sancionar a divisão dos revolucionários, e iria contra um programa de unidade que há muito vêm propondo e do qual julgam não dever desistir.

O MES luta pela unidade das forças revolucionárias dentro e fora das escolas, pela unidade das massas para a Resistência.

Os professores do MES lutam pela criação de uma ampla frente de combate à ideologia fascisante e ao ensino burguês e simultaneamente pela integração da Escola no

movimento de Resistência Popular.

Os professores do MES continuam dispostos a colocar-se ao lado de todas as forças que de forma unitária e não sectária, no Sindicato dos Professores e nas Escolas, lutem

PELA INTEGRAÇÃO DA ESCOLA NO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA POPULAR.

O Núcleo de Professores do MES



SEDES

- Sede Nacional — Av. D. Carlos I, 128-Lisboa
- Poder Popular — Av. D. Carlos I, 132-Lisboa
- Aveiro — Av. Araújo e Silva, 22
- Ovar — R. Alexandre Sá Pinto, 64
- Águeda — R. dr. Adolfo Portela, 22
- Oliveira de Azemeis — R. Luis de Camões, 21
- S. João da Madeira — R. Vasco da Gama, 262
- Estarreja — R. Souto Alves, 24
- Albergaria-A-Velha — R. de Santo António, 34, 1.º
- Beja — R. dos Infantes, 14
- Serpa — R. do Calvário, 29
- Cuba — R. Serpa Pinto, 15
- Grândola
- Guimarães — R. da Rainha, 138-2.º
- Barcelos — Av. da Liberdade, 60-1.º
- Castelo Branco — R. de Santa Maria, 10
- Coimbra — R. Ferreira Borges, 125-3.º
- Figueira da Foz — R. da República, 102-1.º
- Évora — R. Cândido dos Reis, 70
- Estremoz — Largo da República, 42
- Faro — R. Reitor Teixeira Guedes, 45
- Tavira — R. da Liberdade, 62
- Peniche — R. Alexandre Heróclano, 16
- Marinha Grande — R. Machado dos Santos, 36
- Lisboa
- Sede Central — Av. D. Carlos I, 130
- Comité de Campo de Ourique — R. Silva Carvalho, 255-1.º
- Comité de Moscavide — R. dos Combatentes da Grande Guerra 51B
- Comité de Arroios — R. de Arroios, 88-1.º
- Comité de Cascais — R. Araújo Viana, 6
- Comité de Benfica — Estrada de Benfica, 320
- Comité de Benfica — Estrada de Benfica, 320
- Comité de Sacavém — Av. James Gilman, 12
- Comité da Amadora — Largo Dario Gandra Nunes, 4-2.ºD
- Portalegre — R. 5 de Outubro, 79
- Porto — R. Alexandre Herculano, 381
- Vila Nova de Gaia — R. Teixeira Lopes, 123
- Santarém — R. Pedro de Santarém, 36
- Setúbal — R. José Adelino, 13-1.º (ao Largo da Fonte Nova)
- Sesimbra — R. Ramada Curto 6
- Lavradio — R. D. António Chantillon, 23-r/c
- Viana do Castelo — Praça da República, 52
- Vila de Punhe
- S. Pedro do Sul — Largo de S. Sebastião

Mensagem do MES ao Congresso da UDP

O Movimento de Esquerda Socialista saúda o Congresso da União Democrática Popular esperando que dos seus trabalhos possa surgir uma perspectiva de unidade e de luta pelos objectivos da resistência ao fascismo, da liberdade, da democracia e do socialismo

A situação política actual, caracterizada pelo avanço da ameaça fascista e da ofensiva burguesa, exige de todas as organizações políticas antifascistas e revolucionárias uma acção de unidade que corresponda e sirva os grandes anseios de milhões de trabalhadores. Só com essa unidade se poderá forjar as condições para que o movimento popular de massas se consolide e seja uma barreira intransponível de resistência popular. Foi ao serviço dessa profunda aspiração popular que o MES se esforçou para que o terreno eleitoral fosse um momento em que as diversas organizações antifascistas, entre as quais a UDP, pudessem ao nível das suas direcções concertar as acções unitárias que as bases vinham apontado

O facto de lamentarmos a impossibilidade de essa unidade se realizar, e de não abdicarmos da justa crítica em que essa unidade se alicerça, não nos afasta antes nos aponta o caminho de uma intervenção unitária nas diversas frentes parciais ou gerais de luta. A cooperação em que nos empenhamos tem que deixar de lado actuações sectárias e incorrectas, pois é um objectivo fundamental das forças antifascistas e revolucionárias fojarem em todos os terrenos uma unidade suficientemente ampla, uma unidade capaz de dinamizar a organização da resistência popular contra a repressão, a exploração, a miséria e a mentira

O combate ao inimigo principal que são as forças fascistas, fascizantes e os representantes do imperialismo americano exige-nos uma luta sem tréguas capaz de agregar à nossa volta as forças

dispostas a lutar pela liberdade e democracia, contra o capitalismo, pela independência nacional, contra o imperialismo

Pela unidade dos antifascistas e revolucionários!

Contra a ofensiva burguesa!
Unir para resistir, lutar para vencer!
Unidade do povo contra o fascismo pelo Poder Popular!

A Comissão Política do Comité Central

MES/MPLA

A convite do Comité Central do M.E.S., visitou hoje a sede do Partido o camarada Paulo Jorge, dirigente do Departamento de Relações Exteriores do M.P.L.A. e adjunto do presidente da República Popular de Angola.

No âmbito das relações fraternas existentes entre os dois partidos e tecidas ao longo da luta anticolonial e das guerras de libertação, foi passada em revista a situação política nos respectivos países à luz da luta comum contra o fascismo e contra o imperia-

lismo. Alguns aspectos específicos das relações entre o M.P.L.A. e a esquerda revolucionária em Portugal, como o problema da informação e de troca de experiências mereceram particular atenção, tendo-se encarrado algumas iniciativas no sentido de reforçar os laços existentes entre aquele Movimento e o Movimento de Esquerda Socialista.

--Lisboa, 17 de Março de 1976

A Comissão Política do Comité Central do M.E.S.

ASSINATURA

Poder Popular

- 6 meses 100\$00
- 12 meses 200\$00
- apoio 400\$00
- estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Profissão _____

ENVIO CHEQUE N.º _____ BANCO _____

ENVIO VALE DE CORREIO N.º _____

JORNAL SEMANAL — todas as 3.ªs-feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção Av. D. Carlos I, 128, Lisboa telefone 66 26 83

Composição e impressão Renascença Gráfica SARR, Rua Luz Soriano, 44 Lisboa



EM FRENTE COM O I ENCONTRO NACIONAL DE PROPAGANDA, AGITAÇÃO E CULTURA

A luta consequente por uma economia socialista, a luta pela profunda alteração das relações de produção, a luta pelo controlo operário, pela Reforma Agrária colocam logo à partida um sem número de questões decorrentes do modo de produzir e de viver em sociedade capitalista, que a não serem globalmente consideradas e enfrentadas, põem em causa o desenvolvimento e o sucesso do combate contra a dominação do capital.

Para que consigam avançar no controlo da produção e de toda a sociedade, a classe operária e demais trabalhadores têm de se opor à divisão técnica e social do trabalho, às hierarquias e competências em que, na fábrica, na empresa ou no campo, no local de trabalho, assenta a sua subordinação ao patronato. Têm de definir o que querem produzir, como querem produzir, que preços devem ter os bens produzidos. Têm de definir a forma como querem viver, impondo a satisfação das necessidades, prioritárias colectivamente sentidas. Têm de exigir a abolição dos privilégios de alguns, em favor da **igualdade de facto** de todos os trabalhadores.

A luta pelo socialismo passa, sem dúvida, pela conquista de melhores condições, de vida, de salários mais justos, de condições de trabalho menos perigosas e degradantes; passa pela luta contra a intensificação das cargas e ritmos de trabalho.

Todavia, os trabalhadores não são apenas explorados, enquanto tal, nas fábricas, nos campos, nos escritórios, nas oficinas. Vivem mal, são explorados e oprimidos, nas ruas, nas lojas, nos transportes e até em casa, na família, subordinados, mesmo aí, a todo um sistema global repressivo, mas quantas vezes oculto por diversos mecanismos que servem para generalizar, estender a todas as classes sociais, fazendo-os aceitar como cor-

respondentes à própria natureza humana, os interesses e concepções da burguesia.

Por isso, a luta pelo socialismo implica, também, que, em toda uma série de domínios (ensino, cultura, tempos livres, saúde, urbanismo), se substitua deliberadamente os critérios da rentabilidade, do lucro, pelos de serviço social e de utilidade colectiva, com vista a assegurar o respeito dos direitos fundamentais de todos os trabalhadores, de todos os seres humanos: o direito à vida, ao trabalho, à habitação, à cultura, à saúde...

Não basta, pois, lutar pela satisfação de reivindicações puramente económicas. Pelo contrário, a partir das reivindicações materiais das classes trabalhadoras, por uma vida quantitativamente melhor, há que politizar os combates parcelares e imediatos, dando-lhes uma perspectiva revolucionária, que aponte para um modo de vida diferente, em qualidade, do modo de vida burguês.

Isso equivale a criar novas relações sociais, no trabalho, ao nível das próprias relações privadas, entre camaradas, entre homens e mulheres, entre pais e filhos. Isso equivale a caminhar para a criação de um modo de vida socialista, baseado na igualdade efectiva, na unidade e na solidariedade de todos os trabalhadores, livres e aptos a participar activamente na gestão da sociedade.

A revolução cultural, como parte integrante da luta pelo socialismo, tem de acompanhar, a par e passo, todos os combates das classes trabalhadoras, dando-lhes mais amplas perspectivas e dimensões. Inicia-se, portanto, no seio da sociedade capitalista, e prosseguirá até à criação da sociedade sem classes, o comunismo.

POR UMA FRENTE CULTURAL REVOLUCIONÁRIA

Neste momento, em Por-

tugal, quando a reorganização das forças de direita, a recuperação do capital, que ameaçam seriamente as conquistas das massas trabalhadoras alcançadas após o 25 de Abril, são apoiadas ou não contestadas por amplas camadas de explorados e oprimidos, torna-se bem clara a urgência de constituir uma frente cultural revolucionária, que apresente uma alternativa coerente à «estabilidade» e à «ordem» burguesas, assentes na violência e na repressão.

É imperioso e urgente desmontar os valores de que a burguesia se serve para justificar a sua dominação, é imperioso e urgente combater as mentiras através das quais os transmite e impõe.

É imperioso e urgente unir as massas populares em torno dos objectivos de luta que elas estão em condições de alcançar e assumir; e dar expressão global a esses diversos objectivos parciais, pondo em evidência que eles nunca serão atingidos por dádiva de partidos políticos burgueses que, para conquistar votos, prometem mundos e fundos aos trabalhadores. Apenas poderão ser impostos, pelo convívio, através de uma luta organizada e intransigente das massas exploradas, que conduzirá à criação de um modo de vida socialista.

Com efeito, problemas graves e profundamente sentidos pelas classes trabalhadoras — como os da habitação, da carestia e falta de géneros alimentares, a ausência de actividades culturais politicamente formativas, a ausência de equipamentos de saúde e higiene, de apoio à infância, à juventude, à velhice, e à mulher trabalhadora — nunca serão realmente resolvidos em sociedade capitalista, pois apontam para a transformação revolucionária do modo de produzir e de viver.

Avançando objectivos deste tipo, bem concretos e mobilizadores, há que or-

ganizar a resistência popular à recuperação da burguesia, às ameaças fascistas, que simultaneamente definirá com maior clareza a necessidade de caminhar para uma sociedade radicalmente diferente e criar os processos organizativos para tal indispensáveis.

O MES, partido da esquerda revolucionária, assume a responsabilidade de procurar dirigir e desenvolver o combate intransigente, a todos os níveis e em todas as frentes, contra a dominação da burguesia, pelo poder popular e pelo socialismo.

Promove, por isso, nos próximos dias 26, 27 e 28, o **I Encontro Nacional de Agitação, Propaganda e Cultura**, em que participarão militantes, aderentes e, numa parte aberta, simpatizantes, para o efeito convidados, e que terminará com uma sessão pública, síntese das linhas programáticas e de acção definidas.

Esta iniciativa tem em vista dar uma resposta organizativa e coerente ao trabalho já desenvolvido nos diversos aspectos da informação e da cultura, que se impõe globalizar e estimular, forjando uma alternativa de combate cultural que abra terreno à criação de **uma cultura popular**, que difunda crítica e revolucionariamente uma nova concepção do mundo, construída a partir das afirmações das ideias, imagens, atitudes e valores populares tradicionais.

O Encontro Nacional terá as seguintes secções:

Imprensa regional, sindical e do poder popular — avançar-se-á na definição de uma linha de intervenção nestes órgãos, indispensáveis no combate contra as mentiras e deficiências informativas dos órgãos de Comunicação Social de maior circulação, controlados pelo capital ou pelo Estado que o serve. Por uma informação ao serviço do povo!

Animação cultural — lançar-se-á as bases de uma intervenção política organizada que aproveite o enorme poder mobilizador do canto, da música, do teatro, do cinema, etc., contestan-

do, também nestes domínios, as influências do fascismo, da tecnocracia, do revisionismo e do esquerdismo.

Por uma cultura popular!
Problemas particulares da mulher — definir-se-á um programa mínimo de intervenção para lutar contra a sobreexploração e a opressão específicas a que se encontram sujeitas mais de metade da população portuguesa, que se impõe despertar e conquistar para a revolução.

Revolução da mulher!

Frente cultural revolucionária — procurar-se-á fazer avançar todas as discussões já iniciadas, no sentido de uma correcta formulação programática das questões da revolução cultural, da edificação progressiva dos novos valores da sociedade socialista.

Por um modo de vida socialista!

Estes os aspectos da luta contra a ideologia e as concepções de vida burguesas que o MES de momento privilegia, em razão da necessidade de enquadrar iniciativas já lançadas e de recolher organizativamente os seus frutos. Outros campos de intervenção virão a surgir, decerto, de todo o trabalho a desenvolver, em estreita colaboração com as massas populares, para resolver os problemas e necessidades reais por elas sentidos.

POR UM NOVO ESTILO DE TRABALHO DE AGITAÇÃO E PROPAGANDA

O cabal desempenho destas tarefas exige a redefinição e aperfeiçoamento de todo o trabalho de agitação e propaganda.

Por isso, durante o Encontro Nacional funcionará uma secção — **a de Agitação e Propaganda** — em que se analisará todas as questões relacionadas com a divulgação da linha do partido, que, para ser eficaz, tem de incidir nos interesses imediatos das massas populares e dar-lhes expressão global.

Uma acção de propaganda de massas correcta tem efeitos transformadores, impulsionando a elevação da consciência de classe e da organização dos explora-

dos e oprimidos. Para o efeito, impõe-se a definição de objectivos de luta que as massas compreendam e assumam e das vias organizativas para as conquistar, e, a partir daí, ligar-se-á a luta pela conquista de dado objectivo concreto à luta global do proletariado e demais classes trabalhadoras contra os mecanismos de opressão existentes na sociedade actual.

A acção de propaganda parte, pois, do conhecimento das necessidades e aspirações das massas populares e dirige-se-lhes de novo, depois de elaborada a síntese dessas necessidades e aspirações, apontando os objectivos susceptíveis de, a cada momento, as unir e enquadrando-os na luta geral contra a exploração capitalista.

Esta acção dialéctica exige que os militantes do MES saibam ligar-se cada vez mais às massas, nunca se separando das vanguardas que, em cada local de trabalho ou de vida, demonstrem maior combatividade e entusiasmo na luta pela conquista de objectivos justos no terreno económico e político.

A agitação e a propaganda não podem, pois, ser encaradas como meras questões técnicas. São, pelo contrário **problemas políticos essenciais**, que têm a ver com a elaboração e transmissão da linha do partido, bem como com a organização partidária e sua articulação com as massas populares.

Assim, durante o Encontro, serão discutidos não só os conhecimentos técnicos indispensáveis à execução de uma correcta agitação e propaganda, como serão encaradas as questões políticas e organizativas apontadas, com vista a aperfeiçoar a indispensável ligação dos militantes às massas populares e a avançar no reforço organizativo do MES, o partido da esquerda revolucionária.

Por uma frente cultural revolucionária!

Por um novo estilo de trabalho de agitação e propaganda!

Contra fascismo, pelo unidade do povo, pelo poder popular!

J. PIMENTA em frente com o controle operário!

Concluimos hoje a publicação da entrevista realizada com o camarada João Luís, membro da Comissão de Trabalhadores da empresa J. Pimenta e candidato do M. E. S. por Lisboa.

Na semana passada publicámos uma parte em que se explicava o modo como funcionava a empresa — misto de especulação e burla — e em que se respondia às acusações do relatório-fantoches sobre o 25 de Novembro.

Hoje referir-nos-emos às manobras do Pimenta e aos projectos que os trabalhadores têm avançado quanto à reestruturação da empresa.

P. — Temos conhecimento de vários casos que entretanto se passaram com o aparecimento do Pimenta na empresa e a prisão de um informador da P. I. D. E. Qual a reacção dos trabalhadores perante esta nova situação?

R. — É evidente que o Governo da burguesia que neste momento governa este País abriu todas as hipóteses à recente escalada do patronato e do capital.

Acontece que o ex-patrão voltou à empresa exigindo rendimentos. É evidente que foi expulso pela C. T. das duas vezes que foi à sede. O João Pimenta foi também a Monte Abrão provocar os trabalhadores de onde teve de se escapular

pensamos que ela tem condições para ajudar a resolver o problema da habitação em Portugal.

P. — Gostávamos que nos dessem uma ideia de quantos locais de trabalho tem a «J. Pimenta» para nós percebermos, por exemplo, quais são as dificuldades de organização que os trabalhadores já conseguiram resolver e por outro lado qual é a proposta concreta que eles neste momento defendem e que já apresentaram ao Governo há vários meses, no sentido de reverter a empresa.

R. — Há muito tempo que nós, C. T. e comissão administrativa, andamos a preconizar um projecto de cisão da empresa (e felizmente que a

Nós pensamos que ele devia apoiar todas as empresas de construção civil pois tem condições para que isso aconteça. Só que aquilo está subaproveitado porque é demasiado para uma empresa do tamanho da nossa. Este estaleiro tem selaria, carpintaria, oficinas mecânicas, uma série de oficinas de apoio.

Temos também turismo. Os hotéis que nós temos, os seus apartamentos, não são nossos, têm proprietários. É um sector que só nos traz prejuízos. Estes hotéis são em Cascais e Paço d'Arcos, só esse estando a funcionar com retornados.

E temos o sector da construção civil, onde neste momento temos várias obras já conquistadas por nós (empregadas para a construção social), e outros centros de trabalho, entre obras antigas (da J. Pimenta) e obras novas (contratos de desenvolvimento).

Temos ainda lojas onde se vendem móveis e material eléctrico, etc.

vil. Sobre as lojas, precisamos de uma cooperativa, ficando os trabalhadores a gerir as lojas.

Esta forma, e este projecto de cisão foi discutido em todos os locais de trabalho e aprovado pelos trabalhadores, estamos convencidos que a empresa tem possibilidades de avançar, assegurando o trabalho e construindo habitações para os trabalhadores portugueses.

Pensamos que resolvido este problema está resolvido o problema da empresa. E é por isso que nós lutamos. É evidente que o Governo tem dificultado ao máximo as nossas pretensões, porque tem medo de tomar estas medidas, um precedente que o Governo não estará interessado, apesar do Ministério da Habitação estar a trabalhar neste projecto de cisão. Nós queremos retirar todo o passivo, que tem de ser pago pelo João Pimenta e toda a satisfação aos pequenos investidores, como os emigrantes, será assegurada pelo próprio Estado e assim nós partiríamos para uma empresa livre de todas as dívidas que tem e podendo trabalhar, daqui para a frente, da melhor maneira.

Temos, neste momento, grandes dificuldades financeiras que exigimos que o Governo resolva no mais curto espaço de tempo, até ser feita a cisão. Queremos que o Governo, pelo menos nos compre os prédios que temos livres, portanto, sem estarem hipotecados, (temos a empresa praticamente toda hipotecada, evidentemente pelo João Pimenta).

P. — O que é que o Governo diz perante a dívida que o Pimenta deixou na empresa quando fugiu, que era de 650 mil contos e qual o propósito que ele tem apresentado sobre o assunto?

R. — O Governo, é evidente, diz que não podem ser os trabalhadores a pagar as dívidas do João Pimenta, nem a empresa pode continuar assim.

Nós não ouvimos o Governo dizer que é o J. Pimenta que tem de pagar estas dívidas. Já enviámos inquéritos feitos por uma empresa auditora às contas e que tem matéria para a prisão do

NÃO À CONCILIAÇÃO!

A complicada solução «via ministério» para a resolução dos problemas que afectam o sector da construção civil foi mais uma vez cair, na complicada teia das burocracias, daqueles que mais não fazem que negar a mais-valia daqueles que tudo produzem e nada acumulam, a não ser a exploração a que são submetidos para receber, uns parcos dinheiros que traduzem a miséria do seu dia a dia.

Porque a introdução que acima reproduzimos?

Estando para sair um contrato vertical, que beneficiará a massa humana dos mais explorados no sector, o cariz dos benefícios económicos e sobretudo sociais poderem vir a ser o despoletar da consciencia nova que levaria essa massa trabalhadora a interrogar-se sobre o papel que desempenha na sociedade que os explora.

Mas são vãs as esperanças que nele depositamos. E porque?

Um contrato assente num clausulado com bases sociais como ele contém, teria que passar pela reconversão do sector, a qual levaria à transformação da sociedade em que vivemos por uma mais justa — a sociedade socialista.

Só essa sociedade permitirá um conjunto de realizações de bem-estar social em prol das classes mais afectadas, não permitindo a existência de bairros degradados e criando as infra-estruturas (habitação, hospitais, creches e escolas), conjunto de realizações que permitiriam o levantamento económico do sector e a criação de postos de trabalho, que afastasse dos trabalhadores o espectro do desemprego e consequente miséria.

O sector não está em crise como querem fazer crer os doutores instalados na direcção dos Assuntos de Estado, o que está em crise é a estrutura económica do sistema capitalista; a negociata feita pela comissão negociadora, ao recuar com a greve (bem mobilizada) depois de em entrelinhas ter accedido aos pedidos chorosos do Costa Gomes que lhes lançou a perspectiva da desordem e da volta ao 24 de Abril de 74 (o fascismo).

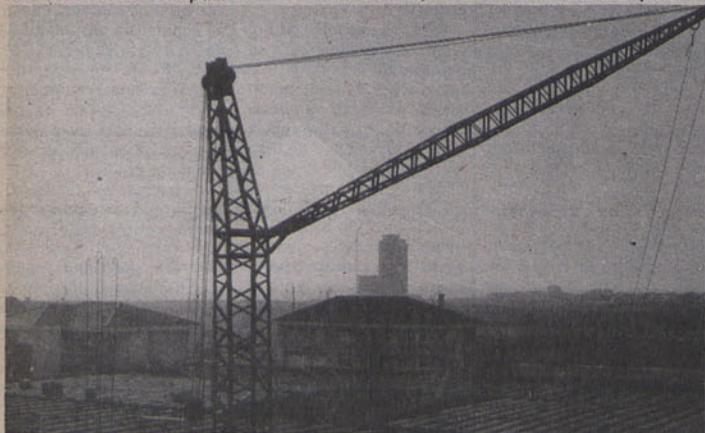
Nós trabalhadores temos de saber dizer não a estas manobras reformistas e dar às nossas lutas o alinhamento correcto para que sejam trazidas pela sua justeza em vitórias da nossa classe: por isso mesmo devemos dizer sim à greve como consequência de uma luta política e organizada na defesa dos nossos interesses.

O golpe que procurará estrangular as nossas conquistas está em marcha, está iminente, o 25 de Novembro foi o seu início. Por isso, camaradas, só mobilizando-nos para a luta, denunciando as manobras reformistas-revisionistas da Comissão Negociadora, teremos capacidade para resistir e vencer a ofensiva burguesa.

Denuncemos os parcos escudos como que o Tomás Rosa e seu lacaio Marcelo Curto (de ideias) pretende enganar os camaradas mais explorados, indiquemos-lhes o sentido correcto do que pretendemos alcançar, e que não é com o dinheiro que os problemas que nos afectam ficarão resolvidos, só a sociedade justa, sem classes, traduzida na resolução socialista levará à prática os nossos anseios.

22de Março 1976

A Coordenadora da Construção Civil do MES



a toda a pressa, pois os trabalhadores não admitem de forma alguma o seu regresso ou provocações.

Aliás, está aprovada por maioria esmagadora uma moção que foi posta em todos os locais e enviada ao Governo, ao Presidente da República e ao C. R., em que os trabalhadores não admitem as provocações nem permitirão a entrada de João Pimenta na empresa, seja de que forma for. Os trabalhadores não pedem nem querem o regresso do Pimenta; querem sim é resolver o problema da empresa, assegurando o emprego, pois

comissão administrativa é uma comissão progressista, trabalha juntamente com os trabalhadores).

E porquê? A nossa empresa não era uma empresa única e exclusivamente de construção civil. O Pimenta tinha na mesma empresa vários tipos de actividade. Temos um estaleiro, em Talaíde, que emprega cerca de 600 operários, que devia ser — e nós pretendemos que seja — um estaleiro de apoio à construção civil e o Pimenta tinha aquele estaleiro para apoiar só a empresa (era um império que ele queria construir).

O que nós pensamos é que a empresa não pode viver dentro deste sistema, com esta salgadeira toda de diversas actividades. Pensamos fazer uma cisão da empresa e formar três empresas.

Uma que é o estaleiro de Talaíde, o complexo de Talaíde. Seria uma empresa com actividade própria, só com a sua própria administração e que seria uma empresa de apoio a toda a construção civil, pelo menos desta área. Tem condições para que isso aconteça.

Passaríamos a trabalhar única e exclusivamente em construção ci-

Pimenta e alguns administradores. Esperamos que o Governo sujeite o Pimenta às responsabilidades daquilo que fez.

P. — Ultimamente os trabalhadores da «J. Pimenta» têm aprovado uma posição que é extremamente importante: a ligação cidade/campo, a ligação dos operários com os trabalhadores rurais. Gostávamos que referisses o apoio que vocês têm dado a este assunto.

R. — Nós somos uma empresa de maioria operária e sabemos que só

podemos levar de vencida a burguesia havendo uma efectiva ligação aos camponeses.

E como tal, pensamos que é necessário ajudar os camponeses, mostrando ao povo da cidade que, apoiando efectivamente os camponeses, os trabalhadores poderão ter uma melhoria de vida. Daí que estejamos a fazer uma efectiva ligação cidade/campo.

Já apoiámos, por exemplo, o «Dia do Campo» e já aprovámos o apoio todas as semanas à venda de produtos nos bairros de lata.

SANIMAR — Repressão experimenta forças



... Ao mesmo tempo que assistimos à libertação de pides e fascistas e à tentativa de recuperação pelos capitalistas do que em 2 anos de processo revolucionário os trabalhadores lhes tinham conquistado, as forças repressivas (agora «reestruturadas») lembram diariamente aos trabalhadores a natureza de classe do poder que agora pretende «reestabilizar-se».

A Sanimar, firma de materiais para a construção civil, foi na passada 3.ª feira visitada pelas «forças da ordem». Duzentos homens e carros de combate a mostrar que quem manda ainda é a burguesia, e que é contra os trabalhadores que o seu domínio de classe se exerce.

É bom que os trabalhadores se apercebem rapidamente do significado do «pluralismo» e da «democracia» que o VI Governo quer impor-lhes, bem como da «apolticidade» (sempre, sempre a lado do capital) que o seu «chefe da segurança» Eanes quer impor aos soldados.

Mas voltemos à Sanimar e à intervenção dos mercenários da GNR: para nós informarmos do que se passou, de qual a situação actual na empresa e das perspectivas futuras, falámos com um elemento da CT da Sanimar. Fizémos-lo no Sindicato dos Rodoviários, onde os trabalhadores se encontram reunidos, já que as instalações da empresa foram seladas. Aí pudemos verificar o elevado grau de mobilização dos trabalhadores e a sua coesão em torno da CT, bem como a onda de solidariedade que se desencadeia à sua volta, expressa em dezenas de moções de apoio enviadas das mais variadas empresas, sindicatos, etc.

RECUPERAÇÃO CAPITALISTA POR DESPACHO

No dia 5, um despacho do secretário de Estado

do Trabalho, ministro da Indústria e ministro das Finanças destitui a Comissão de Gestão da Sanimar (formada por 5 trabalhadores e um gestor público) sob pretexto de que ela não garantia a disciplina.

Esta Comissão fora criada porque os trabalhadores recusaram a comissão que o patrão, Virgílio Claudino Esteves, deixara na empresa quando «emigrou» para o Brasil, em Maio do ano passado.

Note-se que a tal C. Administrativa, contava com o apoio de 43 trabalhadores, que agora apoiam as medidas policiais.

Entretanto — esclarece-nos o nosso interlocutor — é curioso que o ministro não se tenha preocupado com a actividade dos que tudo tem feito para sabotar o funcionamento da empresa (a começar pelos 40 «vendidos» que se põem do lado do patrão) ou com as manobras que visam colocá-la em situação difícil — a empresa tem 50 mil contos a receber de vários clientes, sendo conhecido que esses defensores do patronato tem feito diligências para que esse dinheiro não seja pago.

No dia 8 apresentaram-se na sede tres indivíduos credenciados para assumirem as funções de novos gerentes. Aliás o despacho do ministério visava não só substituir a Comissão de Gestão mas também o encerramento da empresa. Face a isto, os trabalhadores discutiram a situação e decidiram não aceitar a nova Comissão de Gestão, que foi posta na rua.

Face a esta situação, a CT tentou avistar-se com as entidades governamentais. Dirigiram-se ao ministro da Indústria que se mostrou incapaz de tomar posição tendo-os enviado ao Ministério do Trabalho. Aí deveriam falar com o «socialista» Marcelo Curto, que não os recebeu (a

CT permaneceu 26 horas no Ministério).

QUANDO FALTAM OS ARGUMENTOS RESTA A GNR

Os trabalhadores marcaram ainda um prazo até 3.ª feira para serem recebidos. Mas à falta de argumentos, o Governo ao diálogo prefere a força: às 7.30 da manhã de 3.ª feira a sede foi selada pela PSP e a fábrica pela GNR.

Estas operações não se fizeram sem incidentes.

Na sede, dado que estava um trabalhador no interior, ficou uma porta por selar. Por aí entraram os trabalhadores que foram lá dentro defender os seus postos de trabalho. Foram perseguidos pelos polícias, tendo-se refugiado numa varanda, de onde gritaram palavras de ordem até serem retirados à pancada.

Também na fábrica os operários se não deixaram impressionar pelo aparato bélico. Entraram nas instalações, tendo alguns posto máquinas a funcionar. Aí foram agredidos pelos GNRs. «Um operário só não foi morto a tiro porque o capitão

o impediu» — contam os trabalhadores.

Também o guarda foi acusado de ter disparado a caçadeira quando a verdade é que foi um dos agentes da repressão que provocou o disparo.

Tendo nós perguntado se pensavam que o aparato bélico se destinava a servir de exemplo e intimidação para os trabalhadores em geral, foi-nos respondido, que a principal causa terá sido «eles saberem a força e união que existia nos trabalhadores — vieram com 200 homens e tiveram de pedir reforços! E eles tinham G-3 e chaimi-

tes e nós apenas dipunhamos das nossas mãos de trabalhadores!».

E AGORA?

Neste momento a empresa está selada e os trabalhadores sem trabalho.

Que futuro para a Sanimar? — perguntámos.

«Aceitamos uma reestruturação da C. de Gestão, desde que os nossos interesses sejam salvaguardados. Assim, exigimos ser ouvidos sobre este assunto.

Por outro lado estamos empenhados em

que a fábrica recomece a trabalhar e defendemos todas as nossas conquistas.

Finalmente, exigimos que não haja repressão nem quaisquer ataques aos órgãos dos trabalhadores.

Entretanto continuamos à espera de ser recebidos pelo sr. Marcelo Curto.

A terminar, os trabalhadores insistiram em referir que estão conscientes dos seus direitos e da justeza da sua luta e que lutarão até ao fim. **Para a frente camaradas! Todos os explorados estão convosco!**



GÉNIA — abaixo o patronato reaccionário

A **Termoelectrónica Génia** é uma fábrica do ramo de frio industrial que emprega 98 trabalhadores.

No seguimento de uma luta longa pelo emprego, face ao não pagamento dos salários pela entidade patronal, a empresa encontra-se em autogestão.

A luta começou em Novembro de 75, por falta de pagamento de salários. Formou-se uma comissão de trabalhadores e decidiu-se investigar a situação económica da empresa — sabia-se que a Génia enviava produtos para a filial em Angola (Geneang), mas quanto à entrada de dinheiro de pagamentos, nada recebia...

Em Janeiro deste ano, arrastando-se a situação, os trabalhadores ocuparam a fábrica e foram ao Ministério do Trabalho. Aqui foi-lhes aconselhado que «fizessem as pazes» com o patrão. Acabou por ser elaborada uma acta referente ao funcionamento futuro, acta essa que os trabalhadores aceitaram apesar de não satisfazer os

seus interesses. Porém, desde logo, o patrão começou a não cumprir o acordado tendo por essa razão sido chamado ao Ministério.

Em posterior reunião com os trabalhadores o patrão fez várias propostas, mas todas elas inaceitáveis.

Dado que os salários continuavam por pagar e que se sabia haver cerca de duzentos contos no Banco, os trabalhadores exigiram que fosse passado um cheque de 150 — note-se que tal quantia ficava muito longe de pagar o que a empresa já lhes devia; serviria apenas para que os trabalhadores, com grandes dificuldades, fizessem face às necessidades mais urgentes.

Face à recusa por parte do patrão, e atendendo a que a situação se arrastava sem solução, os trabalhadores retomaram-no nas instalações da empresa exigindo a solução da questão. Em vez disso, o patrão telefonou ao filho (oficial da Marinha de Guerra), que veio em seu auxílio com alguns polícias. Note-se

que esta cena se veio posteriormente a repetir várias vezes.

A última «sessão de negociações» teve lugar no dia 8. Sobre o que então se passou, transcrevemos o comunicado dos trabalhadores:

100 POLÍCIAS AO SERVIÇO DO PATRÃO

A situação na empresa atingiu o ponto de explosão, quando no dia 8 os trabalhadores solicitaram a administração o pagamento de 1000 escudos por conta dos salários em atraso para cada trabalhador, o que equivale a 100 000 escudos para 100 trabalhadores, a que esta se recusou. Os trabalhadores viram-se assim forçados a retê-los nas instalações até que estes cumprissem a sua obrigação, o que não se verificou.

Em face disto foi solicitada pela administração e concretizou-se a intervenção de um brutal aparato policial composto por 100 polícias, 50 dos quais da polícia de choque fascista equipados de coletes à prova de bala, capacetes com viseira, matracas e granadas de gás, que pela

força e contra a vontade dos trabalhadores reunidos, invadiram as instalações e retiraram os dois administradores retidos.

Reunidos em plenário no dia 10, os trabalhadores receberam duas cópias de cartas que a administração endereçou ao Ministério do Trabalho e Banco Nacional Ultramarino em que formaliza o seu abandono da empresa, delegando neste Banco que é o credor maioritário a responsabilidade de gestão da firma.

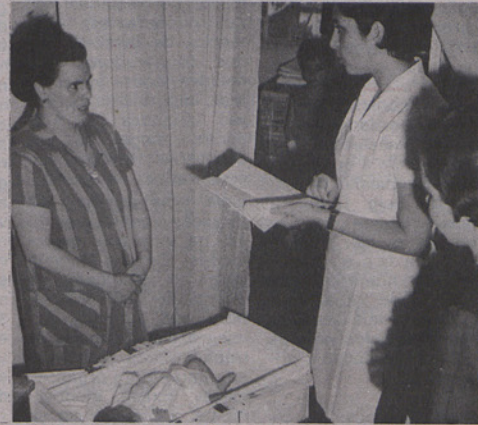
Com o abandono da empresa por parte da administração, os trabalhadores foram obrigados a tomar uma posição de força face a mais esta agressão do patronato, que pretende com esta medida levar mais 100 trabalhadores para o desemprego e a fome, e decidiram enviar todos os esforços humanos no sentido de que as autoridades competentes resolvam esta situação. Entretanto contam mobilizar todos os órgãos de Informação e sindicatos para denunciar mais uma manobra reaccionária por parte do patronato.

Abaixo o patronato reaccionário! Não ao desemprego! Unidos venceremos, a luta continua!

Os Trabalhadores da Génia

A LUTA DOS ENFERMEIROS

uma luta justa que oportunistas e reacçãoários tentam manipular



HOSPITAL DE SANTA MARIA

Lembrando o ano de 1972, a Polícia voltou a entrar ontem no Hospital de Santa Maria. Desta vez vinha para «conversações» e para, mantendo a ordem, facilitar a substituição da Comissão de Gestão eleita pelos trabalhadores e demitida pelo Governo no dia 17, pelos novos administradores — o professor Cândido da Silva e o engenheiro Reis. «Conversações» apoiadas por um aparato de camionetas com polícias armadas até aos dentes (capacetes, viseiras, coletes anti-bala) tudo isto para que fosse garantida a liberdade. Mas liberdade para quem?

Por seu lado o Cândido da Silva diz que está só com funções de transição. Mas transição para quê?
Reunidos em AGT, os trabalhadores do H.S.M., tendo feito a análise da situação, decidiram fundamentalmente iniciar uma greve de zelo e burocrática e tentar divulgar os acontecimentos quer através de um comunicado quer do contacto com Sindicatos e convocando uma conferência de Imprensa (dadas as calúnias dos órgãos de informação no decorrer da luta do sector da saúde).

Na verdade, será surpresa para alguém o estar outra vez em moda o que se usou em 1972? Não será isto a «evolução na continuidade» proposta por um conhecido político da nossa praça, muito em voga por essas alturas? Continuidade assegurada, aliás, pelo seu fiel discípulo Chancerelle de Machete do P.P.D., agora na Pasta dos Assuntos Sociais.

Foi a luta desenvolvida pelos enfermeiros (apesar das incorrecções das direcções dos Sindicatos de enfermagem) que possibilitou abrir a brecha por onde o Governo burgues conseguiu estender ao sector da saúde os conhecidos benefícios do «socialismo à portuguesa».

A Secretaria de Estado da Saúde não tomou estas medidas por se preocupar com os doentes. Se assim fosse, já há ano e meio ter-se-ia preocupado com os doentes que ficam em macas nos corredores dos hospitais, com o funcionamento dos serviços de urgência; teria montado um serviço nacional de saúde a funcionar correctamente. Os objectivos da sua acção são muito claros: esmagar a luta no sector da saúde antes que de coragem ao desenvolvimento de lutas mais radicais noutros sectores.

O ter demitido a Gestão é o primeiro passo de um caminho a percorrer para pôr fim à democracia interna, às direcções colegiais dos serviços, estrangular o órgão de Poder Popular do Hospital — a Comissão de Trabalhadores. Assim, o H. S. M. aparece como cenário das primeiras medidas de uma manobra orquestrada no sector da saúde a par dos conhecidos entraves da luta de todos os trabalhadores.

A carestia da vida, o desemprego, a repressão fazem parte dos planos de liberdade e democracia apregoados por todo o lado para quem os quiser ouvir. Liberdade para os patrões, liberdade de continuar a exploração, agora com nova fachada. Por isso a transição da gestão do H.S.M. é, sem dúvida, para o fascismo.

Mas à repressão respondem os trabalhadores com a resistência. Resistência não só no sector da saúde mas de todos os trabalhadores em geral, da classe operária, manifestada por acções concretas de apoio à luta e de solidariedade activa em resposta às solicitações da Comissão de Trabalhadores do H.S.M.

**Não à repressão da burguesia!
Contra as mentiras dos órgãos de Informação!**

Unidade do povo contra o fascismo pelo poder popular!

Célula do M. E. S. do Hospital de Santa Maria

Das muitas lutas que os trabalhadores travam neste momento no nosso país, há uma delas que se destaca pelo impacto causado junto da população, pelas manobras governamentais que tem provocado e pelas consequências mais ou menos imprevisíveis que poderá arrastar consigo.

Trata-se da luta do pessoal de enfermagem.

AS CAUSAS

Um caderno reivindicativo entregue aos auspícios do IV Governo, demasiado radical para a direcção sindical reformista de então, está na base deste conflito.

Elaborado por um grupo de trabalho e aprovado pela classe em Assembleia Geral, encontra pela frente a direcção sindical, como dissemos. Tal atitude levaria à sua queda e eleição de novos corpos gerentes.

O caderno reivindicativo em causa reduzia o leque salarial para 4 escalões pressupondo para isso uma reestruturação do sector.

Aproveitando a não entrega do plano de reestruturação por parte do Sindicato, que o caderno implicava, o Ministério da Administração Interna não o aceita.

Diante da pressão exercida pelos trabalhadores o senhor ministro, como bom ministro do VI Governo, acede; ou melhor: pela sua parte claro, pois o caso implica outros sectores do Governo...

Os Sindicatos promotores deste caderno (Centro e Sul) alargam o prazo para resposta de 10 de Fevereiro para 12 de Março. A forma decidida de luta em caso de negativa é a greve. Greve de braços caídos com excepção das urgências e serviços especiais.

UMA CLASSE INEXPERIENTE

A profissão de enfermagem foi durante muito tempo marcada com o signo reacçãoário e esclavagista de «sacerdócio». Tal visão, bela forma para o adormecimento da consciência de explorada de uma classe.

se, tem papel determinante nas condições e formas como a luta justa dos enfermeiros foi preparada por estes e isolada em relação à população.

Assim, a classe não tem qualquer experiência de luta significativa que lhe tivesse permitido um mínimo de «calegamento» organizativo e opções gerais sob as formas de luta com maiores possibilidades de sucesso.

É evidente que as condições de luta no sector são particularmente sensíveis à demagogia de quem as queira combater frente a amplos sectores das massas.

Assim, uma vasta e cuidada campanha de esclarecimento não foi feita junto dos doentes, familiares e público em geral.

Assim, a preparação muito especial para uma greve neste sector não foi feita com os cuidados necessários e sob as formas mais eficazes.

Assim, o Sindicato encontra-se controlado por um grupo director oportunista e cuja condução da classe na luta tem sido desastrosa.

Os erros devidos à inexperiência estão a ser pagos agora numa luta mais difícil, mas que continua!

UMA DIRECÇÃO SINDICAL NA «CLANDESTINIDADE» E QUE VAI BEM OBRIGADA

Como não é original, a actuação dos reformistas nos Sindicatos tem aberto o caminho a todos os oportunistas que se lhe tivessem oposto mais ruidosamente. Aqui, também, a santa aliança ocupou o lugar de comando, com lugar de destaque para os cómicos «antisociais-fascistas».

Tres dias após o início da greve de braços caídos com excepção das urgências e serviços especiais — forma que vinha sendo apresentada pela burguesia, através da sua Imprensa pluralista, como sendo particularmente desumana — a Direcção Sindical não se apercebendo (ou fingindo) do isolamento crescente da luta em relação às massas populares e diante do silêncio governamental — «passa ao ataque». Em comunicado ameaça numa primeira fase a «agudização das urgências» e numa segunda fase o abandono do local de trabalho...

Diante da estupidez provocatória deste aventurismo, a classe, em plenário, realizado na terça-feira, recusa a proposta e decide manter a forma de greve inicial.

Não ficamos por aqui. As tentativas de desmobilizar a classe são feitas a nível da contra-informação. Assim notícias falsas sobre o abandono da luta no Porto e em Coimbra são na altura lançadas por alguns dirigentes sindicais...

Mas a anedota trágica estava para vir.

Diante da militarização da classe, decidida pelo Governo, portanto quando as necessidades de coesão e direcção mais se faziam sentir — a Direcção Sindical passa à «clandestinidade»!

O seu primeiro comunicado entregue no Sindicato por métodos espiónicos rezava: «Estamos bem, ainda nenhum de nós foi preso!!!

UM MINISTRO QUE FEDE E UM GOVERNO QUE NÃO DORME

A burguesia é repugnante. Especialmente quando finge preocupar-se com os trabalhadores, quando fala em «humanismo» e nos «inocentes agonizantes».

O sr. Machete mostrou-o sem peias, com «ar preocupado» na televisão, e «agradecido» nos comunicados.

Assim são lançados apelos aos «homens de boa vontade» para acorrerem aos hospitais visando o isolamento da luta. O que fariam esses «cruzados» aos doentes «abandonados» não interessa...

Mas o ar serafico perde-o o ministro quando ameaça, tentando dividir os trabalhadores da enfermagem, da não publicação do decreto de «di-

ploma único» (recente conquista dos enfermeiros) enquanto durar a greve. Pura chantagem.

O contra-golpe do Governo do almirante-em-presário está em marcha.

Isolada e denegrida pela informação pluralista, com a classe dividida e hesitante, a luta permite formas de resposta da burguesia mais enérgicas.

É a mobilização civil ou melhor a militarização.

Assim a greve é oficialmente encerrada por meios excepcionais. O direito à greve é, na prática, deitado ao lixo. Os membros do Ministério da Saúde (subdelegados de saúde) são dotados de amplos poderes de controlo sobre o pessoal ex-grevista (inclusive de apelo às forças policiais). Outras instâncias são postas sob o controlo directo e obrigadas a cooperar na repressão «a greve de zelo e burocrática, decidida Uma que não o fez, à Comissão de Gestão do Hospital de Santa Maria, eleita pelos trabalhadores, é demitida

UM PRIMEIRO ENSAIO?

Diante de uma repressão que relembra tempos próximos (mobilização militar contra os CTT, ocupação da TAP...) a situação real para os trabalhadores neste País rompe a cortina do palavreado «demo-

Crítica e de zelo se mantém.

mas a decisão dos trabalhadores deve ter asustado a comissão militar que até ao momento se não apresentou... com receio de perder os galões...

Esta luta, que põe a nã a verdadeira situação da saúde, que o Governo da burguesia procurou recentemente escamotear, ultrapassou já os muros do hospital onde se trava. Tendo já o apoio de outros centros hospitalares e de órgãos de Poder Popular.

Ao mesmo tempo, subrepticiamente, introduzem-se os condicionamentos necessários para que essa mesma greve não pare, antes se agrave. Isto aliás fica bem claro na última tomada de posição das Direcções Sindicais, anunciadas em grandes cabeçalhos por toda a imprensa, no sentido da paralisação geral, com o abandono inclusivo de todos os serviços de urgência. Ao mesmo tempo a informação encarrega-se de atirar realmente o público contra os enfermeiros, contra a greve dos enfermeiros. Só?

Perante tais factos o Movimento de Esquerda Socialista (M.E.S.), acha ter chegado o momento de, dirigindo-se aos enfermeiros e povo em geral, clarificar algumas questões:

A LUTA: ela aparece na sequência da defesa dum conjunto de reivindicações que começaram com a questão da integração dos auxiliares de enfermagem e, passando pelas questões dos cursos de promoção e do diploma único — a implicar várias situações de atrito no seio do conjunto da classe — culmina agora com a defesa consequente dum caderno salarial que, contendo algumas incorrecções quanto ao quadro apresentado, defende no essencial dois pontos ex-

traamente importantes: o aumento geral dos salários e a manutenção dum leque salarial reduzido. Trata-se pois de **objectivos claros, extremamente justos e sentidos, e enquadrados num conjunto também claro e consequente.**

Os meios de luta: por decisão da classe, o meio de luta votado foi uma greve geral que não afectasse as situações de urgência.

OA APOIOS: em relação aos motivos da luta e à luta em si, havia o apoio de vários sindicatos e órgãos de Poder Popular. Quanto ao tipo de greve, salvo talvez a posição da direcção da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos, não conhecemos qualquer outro apoio a nível nacional.

CONCLUINDO: para estes objectivos justos encontram-se meios de luta que, logo à partida eram extremamente impopulares, demasiado impopulares mesmo, sobretudo quando sabemos que outras alternativas, como seja a greve burocrática e económica, haviam sido propostas, e também quando sabemos que estas outras alternativas, pelo menos no início da luta, seriam bem mais populares e não menos violentas e eficazes perante o Poder.

É certo que o caderno reivindicativo estava a ser negociado à cerca de 20 meses e tinha sido aprovado na secretaria de Estado da Saúde há três meses, o que justificava uma posição dura.

Mas a proximidade eleitoral e o jogo actual de algumas forças políticas, fazem-nos perguntar se terá sido apenas a longa espera de 20 meses a causa imediatamente motivadora da dureza inicial.

Os nossos porquês: salvo o caso da região centro, as direcções sindicais são afectas ao PPP/CDS e ou MRPP. O Sr. M. A. S. é membro do PPD. O secretário de Estado da Saúde é membro do PPD. A direcção da organização regional norte da Ordem dos Médicos é afectada ao P.P.D.-C.D.S. e o P.P.D. está neste momento, bem junto ao CDS, numa luta de morte pela recuperação das estruturas capitalistas, recuperação esta que passa obrigatoriamente

De forma esperada mas brutal, o povo português, tomou consciência da greve dos enfermeiros.

De forma brutal é mergulhado num mar de notícias, informações, comentários e reacções de tal forma confusas e contraditórias que atunam qualquer pessoa na incerteza e ignorância quanto ao que realmente se passa.

E, paradoxalmente, é difícil encontrar os fios condutores que explicam toda esta situação que parece sobrepor-se aos interesses que de facto defendem.

A afunilar mais os dados desta situação fomenta-se a divisão entre os próprios enfermeiros, atirando para a direita e para a esquerda com o fantasma da reacção dos doentes e do povo em geral, dando a ideia de se pretender criar as condições capazes de bloquearem a greve.

Até mesmo tempo, subrepticiamente, introduzem-se os condicionamentos necessários para que essa mesma greve não pare, antes se agrave. Isto aliás fica bem claro na última tomada de posição das Direcções Sindicais, anunciadas em grandes cabeçalhos por toda a imprensa, no sentido da paralisação geral, com o abandono inclusivo de todos os serviços de urgência. Ao mesmo tempo a informação encarrega-se de atirar realmente o público contra os enfermeiros, contra a greve dos enfermeiros. Só?

Perante tais factos o Movimento de Esquerda Socialista (M.E.S.), acha ter chegado o momento de, dirigindo-se aos enfermeiros e povo em geral, clarificar algumas questões:

A LUTA: ela aparece na sequência da defesa dum conjunto de reivindicações que começaram com a questão da integração dos auxiliares de enfermagem e, passando pelas questões dos cursos de promoção e do diploma único — a implicar várias situações de atrito no seio do conjunto da classe — culmina agora com a defesa consequente dum caderno salarial que, contendo algumas incorrecções quanto ao quadro apresentado, defende no essencial dois pontos ex-

traamente importantes: o aumento geral dos salários e a manutenção dum leque salarial reduzido. Trata-se pois de **objectivos claros, extremamente justos e sentidos, e enquadrados num conjunto também claro e consequente.**

Os meios de luta: por decisão da classe, o meio de luta votado foi uma greve geral que não afectasse as situações de urgência.

OA APOIOS: em relação aos motivos da luta e à luta em si, havia o apoio de vários sindicatos e órgãos de Poder Popular. Quanto ao tipo de greve, salvo talvez a posição da direcção da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos, não conhecemos qualquer outro apoio a nível nacional.

CONCLUINDO: para estes objectivos justos encontram-se meios de luta que, logo à partida eram extremamente impopulares, demasiado impopulares mesmo, sobretudo quando sabemos que outras alternativas, como seja a greve burocrática e económica, haviam sido propostas, e também quando sabemos que estas outras alternativas, pelo menos no início da luta, seriam bem mais populares e não menos violentas e eficazes perante o Poder.

É certo que o caderno reivindicativo estava a ser negociado à cerca de 20 meses e tinha sido aprovado na secretaria de Estado da Saúde há três meses, o que justificava uma posição dura.

Mas a proximidade eleitoral e o jogo actual de algumas forças políticas, fazem-nos perguntar se terá sido apenas a longa espera de 20 meses a causa imediatamente motivadora da dureza inicial.

Os nossos porquês: salvo o caso da região centro, as direcções sindicais são afectas ao PPP/CDS e ou MRPP. O Sr. M. A. S. é membro do PPD. O secretário de Estado da Saúde é membro do PPD. A direcção da organização regional norte da Ordem dos Médicos é afectada ao P.P.D.-C.D.S. e o P.P.D. está neste momento, bem junto ao CDS, numa luta de morte pela recuperação das estruturas capitalistas, recuperação esta que passa obrigatoriamente

mente pela imobilização da capacidade de luta dos trabalhadores.

Para isso alarma o país com a imagem dum violento surto grevista. E o medo implanta-se nas pessoas. Para isso cria condições para uma forma de greve extremamente impopular, ocasionando assim a reacção de um grande número de pessoas contra essa greve, o que começa a verificar-se face ao conjunto de outras greves. Aproveitando esta situação preparar-se-ia uma boa parte do povo para uma lei anti-greva, que bem serve ao PPD apesar das suas afirmações em contrário. Se não vejamos:

— Porque vem o M.A.S. que é do PPD, atirar-se contra as direcções sindicais, que são do PPD?

— Proque vem o Dr. Albino Aroso que é do PPD, actuar do mesmo modo?

— Porque vem o M.A.S. propor um aumento do leque salarial, sabendo criar uma situação de injustiça que força a continuação da greve?

— Porque aparecem direcções sindicais que sempre se «opusaram» ao cupulismo, a decidir, sem consultar as bases, o agravamento das formas de luta?

— Que significa a ordem dada aos enfermeiros no sentido de abandonarem por completo os locais de trabalho?

— Democracia? Anti-capitalismo? Parece-nos que não.

Parce-nos bem mais a atitude consciente de quem quer tirar proveito de uma situação de instabilidade agravada

E como entender a agitação, da responsabilidade desses senhores ministros, criada em toda

a informação, à custa de mentiras e antecipações demagógicas? Não pretenderão apenas a criação de um clima favorável à repressão violenta de uma forma de greve que eles próprios, com as direcções sindicais, forçaram?

Do oportunismo político do MRPP, não vale a pena falar que, perdido o jogo das suas ligações com o P.S., resta-lhe o caminho de certo bem mais frutuoso das ligações com o PPD.

Mas os enfermeiros souberam encontrar uma resposta adequada para tudo isto; encontrar os meios necessários e justos para prosseguirem uma luta justa sem fraquejar, mais unidos, sem cederem a manobras

Esta luta tê-los-à endurecido o suficiente para entenderem o verdadeiro significado da necessidade de se organizarem em torno de estruturas que os saibam e possam efectivamente defender:

— **Defender as suas aspirações**

— **Defender as suas lutas**

— **Saber em cada momento, e neste mais concretamente, encontrar a forma de luta mais correcta que possibilite a sua continuidade, lutando ao mesmo tempo contra a divisão dos trabalhadores em geral e da classe dos enfermeiros em particular. É fundamental para tal, que compreendamos que, para vencer, os trabalhadores não podem cair no logro montado pela burguesia, que é: por um lado cair no jogo das falsas opções; por outro lado deixarem-se manobrar, o que leva inevitavelmente a sua divisão.**

— **Parce-nos bem mais a atitude consciente de quem quer tirar proveito de uma situação de instabilidade agravada**

Gabinete de Imprensa do M. E. S. — Porto



REFORMA AGRÁRIA balanço de 2 anos de luta

1. REFORMA AGRÁRIA E SOCIALISMO

O facto de nos campos do Alentejo e Ribatejo terem sido infligidas pelos operários agrícolas grandes machadadas no poder dos grandes latifundiários, não assegura porém o triunfo de uma reforma agrária como etapa de um longo caminho a percorrer para o socialismo.

Aos olhos dos próprios capitalistas industriais e seus lacaios tecnocratas, a existência de latifundiários retrógrados e absentistas constitui, uma vez atingido um certo desenvolvimento capitalista, um sério obstáculo à penetração e dominação das relações capitalistas avançadas nos campos.

Para se caminhar para o socialismo, não chega fazer algumas nacionalizações e avançar na reforma agrária. Era preciso uma machadada mais forte ainda no poder dos capitalistas industriais e comerciais, o que só através da conquista do poder político pela classe operária será possível.

2. OS CAPITALISTAS JÁ ESFREGAM AS MÃOS...

Não é, aliás, por acaso que os dirigentes da Confederação da Indústria Portuguesa (C. I. P.), esfregando as mãos de contentes com as boas perspectivas que à exploração capitalista se oferecem no nosso País, dizem que a situação geral está a evoluir de um modo tal que a primeira réstia de esperança para uma válida reconstrução (entenda-se reconstrução capitalista) do País pode ser finalmente encarada (1).

3 SITUAÇÃO ACTUAL NOS LATIFÚNDIOS EM MÃOS DOS TRABALHADORES

Entretanto, no Alentejo e Ribatejo e em algumas zonas do distrito de Lisboa e Castelo Branco cerca de um milhão de hectares estão nas mãos dos trabalhadores que constituíram nas terras ocupadas mais de 600 unidades colectivas de produção.

Simultaneamente noticiam os jornais que segundo as estatísticas divulgadas pelo I.N.E. as áreas cultivadas, no que se refere aos cereais mais cultivados no Alentejo — trigo, aveia e ce-

vada — aumentaram consideravelmente no decurso da campanha de 1975/76, (respectivamente mais 17 por cento no caso do trigo e mais 6 por cento a 9 por cento para o centeio, enquanto que para a cevada se estima uma área de 119 000 hectares — uma das áreas mais elevadas dos últimos cinco anos) (2).

Evidentemente que é às novas unidades colectivas de produção que se devem tais aumentos.

4 AS UNIDADES COLECTIVAS DE PRODUÇÃO: HERDADES COLECTIVAS E COOPERATIVAS

As novas unidades colectivas de produção nas mãos dos trabalhadores assumem em alguns casos no distrito de Beja e em algumas zonas restritas de outros distritos a feição que pode chamar-se de «herdades colectivas», enquanto na maior parte das áreas ocupadas pelos trabalhadores (distritos de Évora, Setúbal e maior parte dos distritos de Santarém e Portalegre) os assalariados rurais optaram pela criação de «cooperativas agrícolas».

As herdades colectivas

Intimamente ligado com a influência e características do aparelho sindical no Baixo Alentejo, que não vê com bons olhos a autonomia dos trabalhadores na construção das novas unidades de produção, no distrito de Beja pode dizer-se que o aparelho sindical «dirigiu, controlou e impulsionou metodicamente, através da hierarquia dos seus delegados sindicais e da sua influência sobre os trabalhadores, a constituição de grandes herdades colectivas que agregam em núcleos de freguesia todas as propriedades ocupadas de cada freguesia.

Talvez uma certa inspiração nos modelos da Europa Ocidental, em que nas zonas abrangidas pelas reformas agrárias efectuadas nesses países era predominante a existência de uma multidão de camponeses pobres, levou a que no distrito de Beja a direcção do Sindicato e o partido mais forte nesta zona (P. C. P.) defendessem e conseguissem fazer vingar o princípio de que as cooperativas deveriam ser constituídas por agricultores pobres, enquanto que, nas gran-

des herdades em que a mão-de-obra predominante era assalariada, se devia impulsionar a constituição de empresas onde o grau de colectivização fosse mais avançado do que o das cooperativas. Esta a ideia-base que levaria à constituição de grandes herdades colectivas — «núcleos de freguesia» — em quase todas as freguesias do distrito de Beja. Daqui, a pressão neste sentido exercida e, até, a ideia divulgada de que o Sindicato não «toleraria» cooperativas de trabalhadores rurais (mais fáceis de manipular pelos patrões e pela « reacção » dizia-se).

Nós diríamos: as cooperativas são mais difíceis de controlar e dirigir pelo sindicalismo «controlerista» e burocrático!



As cooperativas agrícolas

Isto não obstu a que mesmo no Baixo Alentejo, em alguns casos isolados, os trabalhadores reivindicassem e conseguissem a constituição de herdades cooperativas, em que ao contrário das chamadas «herdades colectivas» vigora o princípio de igualdade salarial e a direcção da exploração pelos trabalhadores falhando, nesses casos, várias pressões e tentativas do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e de certos políticos para imporem o modelo por que optaram sem consultar os trabalhadores.

O exemplo de Beja foi seguido em algumas zonas restritas de Portalegre e Santarém.

Nos distritos de Setúbal, Évora, Portalegre e Santarém encon-

tram-se em funcionamento algumas centenas de cooperativas caracterizadas essencialmente, pela igualdade salarial (3) dos cooperantes, existência de assembleias dos cooperadores que decidem sobre aspectos mais importantes das novas unidades de produção e elegem as suas comissões técnicas, administrativas e comerciais, pela ausência da direcção e controlo sindical na vida das explorações. Esta autonomia face ao sindicato na orientação das cooperativas, não significa menosprezo da parte destes trabalhadores perante o seu importante órgão de classe. Existe, efectivamente, a consciência de que o papel fundamental do Sindicato se insere no domínio da defesa dos direitos e regalias dos trabalhadores assalaria-

do a nova empresa, suportando o respectivo risco de exploração. (4).

Os zelosos e em alguns casos dogmáticos defensores da constituição das chamadas herdades colectivas (por núcleos de freguesia) omitindo um facto real que é a manutenção do salariato nessas experiências, fazem a propaganda da excelência do modelo «herdade colectiva» na base do argumento de que, enquanto nas cooperativas de assalariados rurais a divisão de lucros no fim do ano agrícola levará à existência de cooperativas ricas e pobres, consoante a riqueza e fertilidade de cada exploração e portanto à divisão dos trabalhadores, já nas herdades colectivas, em grandes núcleos de freguesia, (agregadas por concelho e distrito tendo no topo o Sindicato), a não repartição de quaisquer lucros permite a distribuição pelas herdades mais pobres do excedente produzido nas zonas mais ricas. O sistema das «herdades colectivas» seria, pois, do ponto de vista da organização socialista mais avançado... (5).

Na base desta análise (que levada ao extremo poderia levar à existência de uma única empresa agrícola distrital e até... nacional, com vista a uma mais equitativa distribuição do excedente produzido), têm sido os trabalhadores associados em cooperativas acusados de egoísmo e individualismo, isto é, de quererem tornar-se, nos casos das terras mais férteis, «novos ricos» e «novos proprietários».

As uniões de cooperativas

Os que, a pretexto de

(1) Entrevista de Vasco Melo, presidente da C. I. P., no D. N. de 9/3/76

(2) V. por exemplo «D. Notícias» de 9/3/76.

(3) São poucas as cooperativas que conhecemos em que não se verifica esse princípio. Nuns escassos casos (conhecemos um apenas) em que um ou outro técnico especializado auferia um vencimento mais alto, os trabalhadores não decidiram a igualdade salarial total, mas numa primeira fase diminuiram o leque salarial, que pretendem igualar progressivamente.

Já nas herdades colectivas de Beja, a notícia que nos chega é de a hierarquia salarial e remunerações anteriores à ocupação se mantêm, inclusive no que se refere aos feitores e encarregados de herdades.

unirem os trabalhadores, de facto os dividem, com este tipo de argumentos, omitem normalmente que as cooperativas, democraticamente, entre si, em cada freguesia e em cada concelho, têm progressivamente, discutido e procurado a constituição de Uniões de Cooperativas em que uma percentagem dos resultados obtidos pelas cooperativas mais «ricas» irá para um Fundo Cooperativo destinado a auxiliar as cooperativas mais «pobres» e a compensar os seus défices.

Cabe nesta altura perguntar?

Numa economia e sociedade em que o poder dos capitalistas tende a afirmar-se cada vez mais, ora com maior agressividade ora com reforçada subtilidade, onde é que os assalariados agrícolas adquirirem maior experiência e consciência ideológica da coesão de que carecem para enfrentar o seu inimigo principal:

a) — Será na empresa em que se mantém com todas as consequências inerentes o salariato, apesar de dirigida pela hierarquia sindical?

b) — Ou será na associação democrática e cooperativa dos produtores directos?

É precisamente a propósito da experiência das cooperativas de operários em plena sociedade capitalista que MARX dizia que estes «mostravam com factos e não com retórica... que o trabalho assalariado não era mais do que uma forma transitória e inferior destinada a desaparecer perante o trabalho associado que realiza a sua tarefa na base do consentimento voluntário ou do espírito lúcido e do coração alegre».

(4) Nas cooperativas não se pode falar com rigor na existência de salários. Os adiantamentos que vão sendo recebidos semanalmente pelos trabalhadores, constituem uma despesa da cooperativa que será compensada em princípio pelos resultados no fim do ano agrícola. Daí que quando se fala em igualdade salarial nas cooperativas, apenas se visa frizar que houve acordo entre os cooperadores quanto ao valor igual atribuído a cada um por dia de trabalho prestado na cooperativa (igualdade de remunerações). Esta igualdade ainda não é total, pois no caso das mulheres ainda continua a seguir-se um critério de fixação do valor do seu dia de trabalho em montante inferior ao dos homens.

(5) Esquecem, porém, estas pessoas que não houve revolução socialista em Portugal.

BREVE

O JOGO DOS «GRANDES PARTIDOS»

Os «grandes partidos» (da esquerda, da direita e do meio) estão todos lançados no seu desporto favorito — ELEIÇÕES.

É um desporto bonito, «nobre e galante», muito mais acolhedor do que a «sórdida» luta de classes...

Trata-se de convencer, iludir, conquistar, assustar, manipular o país.

E é assim que Soares e Carneiro lá vão discutindo com quem está a Europa...

Entretanto Cunhal diz a toda a gente que é preciso unir-se ao PS para «bater a reacção e salvar a democracia» (!). Soares, seráfico, põe a mão no peito e assegura que NUNCA! Alianças? Nem à direita nem à esquerda; o PS ou ganha sózinho ou vai para a oposição!

Assim pretende segurar a votos de direita, que Carneiro lhe disputa acusando de «marxista».

Mas não ficam por aqui as dificuldades do PC. Eleitoralismo a quanto obrigas...

Neste momento o fito é só um — VOTOS! Mas como?

Há que mostrar aos eleitores que o VI Governo não agrada aos trabalhadores, que não pode funcionar sem uma ajudinha PC. Logo... algumas greves e ameaças. É ver o «Diário»: e o «Diário de Lisboa»: primeiro ia faltar o leite, depois podia paralisar a construção civil.

Mas, entretanto, grandes conflitos neste momento podem assustar o eleitor e dar trunfos aos senhores da ordem e da repressão, PPD e CDS. Por isso, depois da ameaça... a pólvora seca: o leite não faltou, a construção civil não paralisou.

Com tudo isto se joga com os trabalhadores e seus interesses, sempre postos a reboque de outras coisas — antes jogos de gabinete, agora caçadas ao voto...

E enquanto isso, a ofensiva da burguesia dá novos passos, na sua mortífera caminhada.

O Governo «democrata» e «pluralista» não aguentou as etiquetas nem sequer até as eleições.

Em Santa Maria e nos demais hospitais do País, já mostra qual a ideia que tem do direito à greve.

Na Sanimar também houve teste — a repressão experimentou forças. Para que não esqueça o que significa «Exército apolítico»: sempre, sempre, ao lado dos patrões.

INFORMAÇÃO CONTINUA EM «ESTADO DE SÍTO»

Consta (em meios nem sempre bem informados) que Ferreira da Cunha vai mandar distribuir através do seu ministro Almeida Santos, a todos os noticiaristas a seguinte ordem de serviço:

NOTICIÁRIO ÚNICO; CADA VEZ MAIS ÚNICO.

O noticiário não deve dizer:

— que acabou a revolução e voltou a repressão.

— que as sociais-democracias europeias boicotavam muito mais Portugal (durante ano e meio) do que lhe emprestam agora.

— que a luta dos trabalhadores tem justos motivos.

— que os fascistas são fascistas e que os sociais-democratas são capitalistas.

— mal do VI Governo.

— que os principais culpados da situação económica — são os capitalistas exploradores e não o V Governo.

— que o golpe reaccionário do 25 de Novembro foi um golpe reaccionário.

— que a direita avança a passos largos e que o Governo dá cobertura a que as principais conquistas dos trabalhadores lhes sejam retiradas.

Por outro lado, impõem-se que repita frequentemente:

— que a esquerda é anti-democrática e os progressistas reaccionários.

— que os trabalhadores querem o caos económico, e que quem faz greves são os cubanos.

— que os soldados (e os graduados até capitães — inclusivé) têm de ser apolíticos «a bem da nação».

— que os trabalhadores também têm de sê-lo a «bem do patrão».

— que o regime de Moçambique é impopular.

— que a Reforma Agrária é um roubo.

— que «os esquerdistas» queriam transformar o exército numa bandalheira e que disciplina era quando os soldados chacinavam sem protestos, em terras d'aquele e d'além mar.

CONCLUSÃO:

...Por todas estas razões, com a finalidade de evitar divisionismos e de assegurar que o pluralismo possa expandir-se livremente, determina-se que o povo português continue a gozar do privilégio de ter noticiário único.

O industrial Rabaça provoca o MES

O sr. José Rabaça, patrão na indústria de lanifícios e homem da confiança dos grandes e pequenos exploradores dos operários deste sector, não gostou do «Documento de OFIR», texto aprovado, há alguns meses pelos representantes sindicais dos trabalhadores que analisa profundamente a crise do sector têxtil e apresenta a linha proletária para a resposta a essa situação. Claro que o sr. Rabaça não gostou das teses de OFIR, pois elas em vez de servirem os seus interesses e os dos patrões seus amigos, propõem medidas que obrigariam os capitalistas a pagarem a sua própria crise, colocam o controlo operário como aspecto decisivo e apontam a luta de classes e não a conciliação como via para a resolução dos problemas dos trabalhadores. Vai daí o sr. Rabaça aproveitou as «colunas do Expresso» para protestar contra esse documento que tanto o preocupa (apesar de certamente o ter preocupado mais antes do 25 de novembro, quando as armas de repressão e as páginas dos jornais não estavam tão facilmente ao serviço dos seus interesses). E então, o sr.

Rabaça, que como tantos outros cidadãos é um «democrata de longa data» (daqueles que dizem-se antitascistas beneficiam à grande e à capitalista desse regime à

sombra da repressão antioperária) ataca furiosamente o MES, pois segundo o sr. Rabaça o «Documento de OFIR» não é nada. E não é nada porque é apenas «um projecto político do MES tendente prioritariamente a derrubar o poder da burguesia, impantar o poder dos trabalhadores, e só secundariamente aborda os problemas do sector». Derrube do poder da burguesia, implantação do poder dos trabalhadores, são para o sr. Rabaça e para os seus amigos burgueses coisas em que não querem nem ouvir falar para poderem continuar a dormir calmamente o doce sono dos exploradores. Eles gostariam de poder contar com uma classe operária dócil e paciente, que colocasse à frente de tudo a «abordagem construtiva dos problemas do sector, que apresentasse propostas de solução para a crise dos têxteis em que os trabalhadores se dispusessem a trabalhar mais e melhor ganhando o menos possível, e dando a ganhar aos patrões o mais possível, que estes aplicaríamos o «melhor possível» na especulação e na aquisição de automóveis de luxo, piscinas, casas de praia, etc...

O sr. Rabaça lamenta nas colunas do «Expresso» que o Partido Comunista não tenha dado uma participação mais cuidada a OFIR «pois

as suas responsabilidades não teriam permitido que se tivesse ficado por tão pouco». Assim o sr. Rabaça mostra que não é parvo e que compreende a diferença entre a linha revisionista de pacatuação e conciliação e a linha revolucionária de luta e afirmação do poder organizado da classe operária. E como não é parvo, deixa no ar esse apelo chorado ao PC, para que para o futuro participe mais «cuidadosamente», controle mais eficazmente os trabalhadores têxteis e os seus sindicatos. E, curiosamente tal apelo parece não ter caído em saco roto pois no congresso dos trabalhadores têxteis neste fim-de-semana realizado no Porto, a participação do PC foi bastante mais cuidadosa...

Mas, o sr. Rabaça que como já vimos é um «democrata» de longa data que não é parvo, tem outra característica: é provocador. E mostra tal atributo dizendo que o

plano de OFIR «é uma coisa de MES que não chegavam ao GIS». Pretende assim claramente abandalhar a sigla do nosso movimento, com um trocadilho medíocre próprio de quem teve esperanças de ver um dia o proletariado têxtil sob a influência política dos sociais-democratas e tecnocratas. Mas o sr. Rabaça não teve tal sorte e assim, surgindo-lhe pela frente uma linha sindical de classe, uma orientação não reformista para a luta sindical dos operários têxteis, identifica-o com o MES, manobra provocatória que procura dividir partidariamente a luta sindical dos trabalhadores, para que ela se enfraqueça e mais facilmente seja destruída. Mas os operários têxteis não cairão nas esparrelas que o sr. Rabaça procura montar, pois eles sabem perfeitamente que esse sr. está do outro lado da barricada: junto aos patrões, junto aos inimigos da revolução e dos trabalhadores.

Congresso dos têxteis

Realizou-se durante o fim-de-semana no Porto o Congresso dos Trabalhadores Têxteis.

Saldou-se pela afirmação de uma perspectiva operária para a luta sindical adaptada à actual situação de resistência ao avanço da direita e de recuperação capitalista.

A burguesia não deixou de estar presente colocando uma bomba que destruiu a entrada da Faculdade de Economia.

O patronato têxtil uma vez mais demonstrou estar intimamente ligado ao terrorismo que alastra no Norte, terrorismo no qual as bombas com-

pletam a acção quotidiana de coacção, inexistência de liberdades, não pagamento dos contratos, etc.

O reformismo e a alternativa revolucionária estiveram em questão, durante o Congresso, a propósito da discussão dos vários temas.

A alternativa revolucionária concretizada a nível das conclusões aprovadas viria a ser assumida pela maioria dos congressistas representantes dos 300 000 operários dos têxteis, lanifícios e vestuário, do País.

No próximo número contamos como foi.

Ataque à esquerda



O Governo burgues começa a atacar furiosamente os jornais das organizações anti-capitalistas os órgãos partidários da esquerda revolucionária. Deste modo Isabel do Carmo, dirigente do PRP e directora do «Revolução» está ameaçada de prisão devido a artigos publicados, considerados ofensivos para os detentores do poder. É-lhe exigida uma caução de 100 contos e o seu julgamento foi marcado (com uma urgência pouco habitual) para a próxima 6ª feira.

Depois de ter conseguido disciplinar a imprensa burguesa, colocando-a ao serviço sistemático da contra-revolução, o Poder surgido do 25 de Novembro quer agora calar a Imprensa revolucionária. Assim, procura intimidar e desarmar os partidos e organizações que denunciam as manobras fascistas e imperialistas, nas colunas dos seus jornais. Assim procura-se impedir a divulgação de informações e análises que sirvam a luta dos trabalhadores.

«PODER POPULAR» solidariza-se com os camaradas do «Revolução» vítimas de perseguição policial e alerta a classe operária e o povo para o significado repressivo desta manobra que prepara e antecede novas medidas contra a liberdade da Imprensa popular.

Há que impedir o estrangulamento dos jornais revolucionários!

Não permitamos que a burguesia reconstrua a sua máquina de reprimir!

Estamos em vésperas de novo período eleitoral para a Assembleia Legislativa — que se vai chamar Assembleia da República. Nos tempos próximos as várias correntes políticas vão debater ideias, programas, práticas e... personalidades. E no fim o que é que vai sair? Podemos interrogar-nos a nós próprios e pôr a pergunta que fazíamos antes do 25 de Novembro: **o Socialismo está à vista ou não?**

Qual será a resposta? Nessa altura estávamos pelo menos numa situação em que podíamos dizer que apontávamos claramente para esse objectivo que não parecia muito longínquo. Mas é curioso que não estávamos à beira de haver eleições.

E hoje, à beira do período eleitoral, vamos também pôr a questão: **o Socialismo está à vista ou não?**

Se é verdade que apontamos para esse objectivo, ele parece-nos mais longínquo. Então porquê? O que é que mudou? Será que as eleições não vão dar a vitória às forças que lutam pelo Socialismo?

Todos sabemos — e sentimos — bem o que mudou:

— **tinhamos liberdade de nos reunirmos nas nossas unidades e tomar decisões — hoje não há plenários!**

— **tinhamos o direito de nos organizarmos — Hoje comissões de soldados, A. D. U.'s e G. U. D.'s são proibidas.**

— **tinhamos o direito de estarmos informados — hoje, informação só a que os senhores oficiais nos dão!**

Além disso, que se passa quanto a condições de vida dos soldados? Se estávamos mal, mal continuamos.

Entretanto aos mercenários dos Comandos, da Polícia, do Exército e agora também dos Fuzileiros e Páras, podem pagar cerca de 6000\$00 por mês e até mais, então por que nos continuam a pagar um pré miserável?

Porque é que, se nos pagam este pré, se nos obrigam a vir para longe das nossas famílias, temos ainda que pagar as viagens do nosso bolso?



Por que é que andam novamente os senhores oficiais corruptos (a legislação militar protege-os!) a servir-se dos soldados para trabalhos particulares que deviam pagar a outros trabalhadores?

Não à exploração e à miséria dos soldados!

Transportes gratuitos já!

Abaixo o pré de miséria!

Reaccionários fora dos quartéis!

Mas então, como lutar por estes objectivos, como levá-los à prática?

A resposta é evidente: é necessário construir uma organização unitária que agrupe todos os revolucionários dentro dos quartéis capaz de resistir ao avanço do militarismo e do fascismo, da repressão, da exploração e contra a miséria e que crie condições para ligar a luta dos soldados à luta do povo trabalhador contra a recuperação capitalista

da economia e permitir ganhar forças para relançar a ofensiva popular no futuro.

Essa organização unitária que são os **Comitês de Resistência popular nos Quartéis**, têm que pôr de parte sectarismos e golpes partidários. Têm fundamentalmente que se propor construir e obter a unidade dos militares (praças, sargentos, e oficiais progressistas e revolucionários) baseada no programa da **Plataforma de Luta para Organizar a Resistência:**

1.º Luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas nos Quartéis.

2.º Luta contra a profissionalização do Exército

3.º Recusa de participar na repressão aos trabalhadores

4.º Melhoria de condições de vida dentro das Forças Armadas

5.º Libertação e imediata reintegração dos militares presos no golpe reaccionário de 25 de Novembro

6.º Saneamento da oficialagem fascista e reacção nãia!

Os Comitês de Resistência Popular nos Quartéis (que têm designações variadas em cada Unidade) apontam, pois, muitos dos objectivos que são fundamentais para que o Exército volte a estar ao lado do povo, para que as G-3, os Chaimites e os tanques não se viem contra o povo mas sejam do povo, isto é, apontam para a construção do Exército Popular.

Esse é o objectivo da luta das classes trabalhadoras nas Forças Armadas: luta contra o militarismo, pelo Exército Popular, um Exército para servir o Povo, um Exército que participe nas tarefas produtivas e, portanto, não será mais um Exército parasita ao serviço da burguesia e do capital. Um Exército que ponha toda as suas potencialidades humanas e materiais ao serviço do povo trabalhador em colaboração com os organismos dos trabalhadores; um Exército que seja uma pedra fundamental no desempenho das tarefas políticas da Revolução.

— **Pelas liberdades democráticas nos Quartéis!**

— **O Povo não quer mercenários nos quartéis!**

— **Soldados não reprimem trabalhadores!**

— **Abaixo o pré de miséria!**

— **Transportes gratuitos, já!**

— **Reintegração imediata dos militares progressistas presos!**

— **Reaccionários fora dos quartéis!**

NA PRIMEIRA LINHA DO COMBATE INTERNACIONAL

Timor-Leste: reconhecimento imediato!

A luta continua em Timor. A última colónia portuguesa a proclamar a independência continua a ser vítima da agressão estrangeira, com parte do seu território ocupado pelo exército fascista da Indonésia. E o povo timor, dirigido pela FRETILIN, intensifica a resistência armada contra o invasor. É uma luta distante e desigual, que intencionalmente se vai deixando cair no esquecimento.

Mas não temos o direito de esquecer. Tal como em Angola contra a África do Sul ou em Moçambique contra a Rodésia, o combate de Timor-Leste contra a Indonésia faz parte da causa universal pela libertação dos povos e portanto é também o nosso combate.

Entretanto a posição oficial portuguesa debate-se em contradições que não consegue resolver:

— por um lado continua a reivindicar o poder administrativo sobre aquele território

— mas não teve possibilidade de se opor militarmente à invasão indonésia

— nem o recurso à ONU foi capaz de resolver o conflito pela via da negociação.

Qual é então a única solução politicamente justa?

10 Poder Popular

Em primeiro lugar reconhecer que Portugal já não exerce qualquer espécie de poder sobre Timor-Leste, deixando portanto de alimentar a ficção de que se trata de um território sob administração portuguesa.

Em consequência, proceder ao **reconhecimento oficial da República Democrática de Timor-Leste e do Governo constituído pela FRETILIN como único representante legal do povo timor.**

Caso contrário, a atitude portuguesa, além de impotente, torna-se cúmplice da violação do direito dos povos à liberdade e à independência. A insustentável posição actual equivale a uma inadmissível solidariedade tácita com a agressão indonésia.

Pela sua parte, os anti-colonialistas portugueses não tem dúvidas sobre a atitude a tomar:.

**SOLIDARIEDADE COM A FRETILIN E A RESISTÊNCIA POPULAR ARMADA
RECONHECIMENTO IMEDIATO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

Lisboa, 17 de Março de 1976

C.I.D.A.C.

VIVA A COMUNA!

Na manhã de 18 de Março de 1871, a população parisiense prepara insurrecionalmente a proclamação da Comuna de Paris. Na história do movimento operário europeu, é a primeira vez que a gestão política e económica de um país passa para as mãos do proletariado.

Organizam-se as escolas populares: ensino gratuito, laico, obrigatório e de formação republicana. Organiza-se a Imprensa nacional para edições populares e a elaboração de cartazes. Controla-se a distribuição de viveres e o pedido de justiça nos tribunais é gratuito. Aboliu-se o Exército tradicional e criou-se a guarda nacional — «cidadãos em armas». Proclama-se a separação Igreja/Estado. Os funcionários administrativos passam a ganhar salários de operário; estabelece-se a revogabilidade dos eleitos através da democracia directa que virá a ser um princípio teórico da política sobre a Comuna.

O patriotismo extermina-se e os estrangeiros podem ser eleitos pois que a nova bandeira «pertence à República Universal».

A Comuna foi também o vasto levantamento das cidadãs de Paris! A entrada das mulheres no combate político. Várias organizações de mulheres vão aparecer à luz do dia: luta contra o desemprego, organização da vigilância, tratamento dos feridos, e mais tarde, na altura da repressão, as mulheres às centenas pedirão armas e não serão as últimas a bater-se com coragem e determinação. A escravidão feminina tem agora o seu fim com a participação da mulher na Revolução.

Em todos os bairros organizam-se quotidianamente Assembleias Populares onde cada qual dá a sua opinião. Por isso a Comuna tornou-se uma imensa festa, uma imensa alegria popular.

O trabalho tornara-se menos penoso. O povo trabalhava com a consciência de estar a construir um bem colectivo.

A Comissão de Belas-Artes propõe-se alindar a cidade. O monumento bélico da «falsa glória» que é a coluna imperial da Place Vendôme é botado abaixo. Pretendia-se que o bronze servisse para fazer esculturas para o povo! As caricaturas e os cartazes espalham-se pela cidade. O teatro e a

canção são o entusiasmo que desce à rua e que nas horas de descanso vem politizar e divertir os populares. Esta grande quermesse é a alegria espontânea.

Entretanto, Thiers manipula calmamente as alas: fazer o entendimento entre os falcões e as pombas de Versalhes e sobretudo obter o apoio de Bismark.

O patriotismo burguês é bem uma farsa!

Mão na mão, os Exércitos da Prússia e de Versalhes resolvem conciliar-se para esmagar o Paris popular!

O cerco aperta-se. Os canhões ressoam. A Comuna está em perigo.

Era a burguesia prussiana de mãos dadas com



a burguesia e os aristocratas de França a esmagar os vermelhos, a plebe, que ameaçavam despedaçar a ordem por toda a Europa.

As pedras calçadas, os móveis, os destroços das casas bombardeadas erguiam-se por todo o Paris. São as barricadas populares. Mas os canhões avançam contra a estratégia defensiva da Comuna. O povo acorria aqui e acolá a socorrer um irmão, uma filha que tombava debaixo da metralha. A raiva era imensa. Mas que podiam as pedras da calçada contra as auto-metralhadoras?

Faltava uma força verdadeiramente organizada. Faltava ter organizado uma forma de estado suficientemente robusta que tivesse a força e o comando.

Por todo o lado as tropas de Thiers avançam, perseguem, fusilam. Qualquer parede, qualquer praça serve para o fuzilamento do heróico povo de Paris.

Quando terminou a semana sangrenta, a 28 de Maio de 1871, Thiers declarava: «a ordem, a justiça, a civilização conseguiram enfim a vitória!»

Mas essa ordem, essa justiça, essa civilização construíram-se sobre o massacre da Comuna: 36 302 presos. Mais de 20 000 mortos. O chefe da justiça confessava 17 000 fuzilados!

Paris fora degolada. A cla. se operária desmantelada por uns tempos. Mas o que havia de mais profundo ficou. A COMUNA foi a esperança, foi o grito de todos os trabalhadores. Foi uma torrente que trouxe à humanidade a esperança do Comunismo.

Na COMUNA nasceu o hino da primeira Internacional. Este hino que lançou e lança o proletariado à conquista do Socialismo.

«Por maiores que tenham sido os sacrifícios da Comuna, foram compensados pelo valor que representa no conjunto das lutas proletárias. Principiou o movimento social na Europa, mostrou a eficácia da Revolução armada, dissipou as ilusões patrióticas e destruiu a fé ingénua que até aí se podia conservar sobre a ligação da burguesia aos interesses nacionais.

Ensinou ao proletariado da Europa a pôr em termos concretos os problemas da Revolução socialista.»

LENINE

VIVA O PODER POPULAR

VIVA O SOCIALISMO

VIVA O COMUNISMO

Sector Estudantil da O. R. P. — MES

A ameaça nuclear

Em Março de 1975, na central atómica de Brown's Ferry, desencadeava-se um incêndio. Graças a uma intervenção nos últimos momentos, o incêndio não provocou uma das maiores catástrofes da história. O mecanismo múltiplo de segurança ficara inutilizado pelo incêndio. O reactor atómico por alguns instantes apenas, fora salvaguardado das chamas do incêndio. A catástrofe poderia ter provocado milhares e milhares de mortos.

Três engenheiros americanos — Minor, Bridenbaugh e Hubard — recusaram continuar a trabalhar nas centrais atómicas da General Electric. Um mês depois — Fevereiro deste ano — um outro técnico superior, Robert Pollard, apresentava também a sua demissão da central atómica de Indian Point a 50 quilómetros de New York.

Era especialmente encarregado do controlo de segurança e de três outras centrais.

Estes quatro especialistas de questões nucleares declararam numa conferência de Imprensa:

«Um acidente nuclear é inevitável... tornou-se nos insuportável servir uma indústria que é uma monstruosidade tecnológica que ameaça o futuro da humanidade.»

Estes especialistas declararam abandonar decisivamente o domínio da energia atómica. Escolheram agora a energia solar como a opção do seu trabalho de investigadores!

O incêndio na central nuclear de Brown's Ferry foi o motivo próximo da demissão desses quatro especialistas nucleares. O incidente mostrou claramente que não há mecanismos de segurança infalíveis para evitar os perigos de explosão das centrais nucleares.

Menos espectacular do que esses acontecimentos que narramos existem factores concretos que continuamente produzem anomalias graves. Os resíduos atómicos guardados em reservatórios de cimento armado continuam a produzir radioactividade. Vários reservatórios encontram-se mesmo fissurados, com rachas enormes.

Estes problemas constituem um factor decisivo para a recusa da utilização da energia atómica. Por outro lado, a utilização desse tipo de tecnologia, dado a soma de investimentos financeiros e o tipo de equipamento estratégico, cria dependências económicas e políticas dos países de economia dominada aos países de economia dominante.

Em Portugal desenha-se uma perspectiva de construção duma central nuclear a norte de Peniche. Os jornais começam já a explicitar os projectos. E o Encontro Nacional de Política Energética foi um trampolim de tal opção, pois simulando um debate, explicitou na final apenas o apoio ao projecto da central nuclear!

É necessário que estas questões se tornem do conhecimento das massas. E é necessário que essas decisões sejam afastadas graças às lutas dos trabalhadores e do povo contra tais opções.

As questões ecológicas não são abstractas. Elas estão no âmago das opções políticas pois encerram a questão da independência nacional, o problema da técnica ao serviço do povo e, em última instância, a vida ou a morte da Humanidade.



**UNIDADE DO POVO
CONTRA O FASCISMO
PELO PODER POPULAR**